



A VONTADE COLETIVA, UM PROCESSO UNIFICADOR

Maria Dolores Campos Rebollar¹

Resumo

Este artigo, em diálogo com o presente momento histórico, apresenta a categoria da vontade coletiva em Gramsci, destacando sua relação com a criação de um novo Estado nacional, radicalmente democrático e popular, e a necessidade de um horizonte mobilizador (“dever ser”). A necessidade, também, de um “organismo” cujo papel é buscar a articulação e “unificação” das lutas subalternas. À luz da Filosofia da Práxis, que estabelece uma permanente relação dialética entre teoria e prática, indivíduo e coletivo, pensamento e ação, destaca-se a importância do intelectual orgânico, como promotor da consciência reflexiva, alavanca fundamental para os processos de transformação.

Palavras-chave: Vontade coletiva, Estado, Filosofia da Práxis, Intelectual orgânico.

LA VOLUNTAD COLECTIVA, UN PROCESO UNIFICADOR

resumen

Este artículo, en diálogo con el momento histórico presente, presenta la categoría de voluntad colectiva en Gramsci, destacando su relación con la creación de un nuevo estado nacional, radicalmente democrático y popular, y la necesidad de un horizonte movilizador ("debería ser"). . La necesidad, también, de un "organismo" cuya función sea buscar la articulación y "unificación" de las luchas subordinadas. A la luz de la Filosofía de la Praxis, que establece una relación dialéctica permanente entre teoría y práctica, individual y colectivo, pensamiento y acción, se destaca la importancia del intelectual orgánico, como promotor de la conciencia reflexiva, palanca fundamental para los procesos de transformación.

Palabra clave: Voluntad colectiva, Estado, Filosofía de la praxis, Intelectual orgánico

THE COLLECTIVE WILL, A UNIFYING PROCESS

Abstract

This article, in dialogue with the present historical moment, presents the category of collective will in Gramsci, highlighting its relationship with the creation of a new national state, radically democratic and popular, and the need for a mobilizing horizon ("should be") . The need, also, for an "organism" whose role is to seek the articulation and "unification" of subordinate struggles. In the light of the Philosophy of Praxis, which establishes a permanent dialectical relationship between theory and practice, individual and collective, thought and action, the importance of the organic intellectual is highlighted, as a promoter of reflective awareness, a fundamental lever for transformation processes.

Keyword: Collective will, State, Philosophy of Praxis, Organic intellectual.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Trabalha na organização indigenista, não governamental, Operação Amazônia Nativa (OPAN). Colaboradora do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), da UFMT. Autora dos livros: “O Indigenismo Alternativo dos Anos 1970-2000”, ano 2016; e “Travesía – Una experiencia de cooperación em Brasil”, ano 2010.

Odio a los indiferentes. Creo como Friedrich Hebbel, que “vivir significa tomar partido” [...] La fatalidad que parece dominar la historia no es otra cosa que la apariencia ilusoria de esta indiferencia.

(Antonio Gramsci)

Por que interessa nos tempos atuais refletir e revisitar o tema da vontade coletiva? Porque estamos em um momento histórico de crise orgânica, onde é preciso transformar o Estado em direção à radicalização da democracia, ou arriscar-se a uma implosão de conquistas sociais e à perda do processo de construção de um Estado Democrático de Direito, dando passo a um tipo de Estado-privado-empresarial dirigido e estruturado para responder aos interesses de uma minoria burguesa. É por isso, que se impõe a necessidade de refletir os desafios e caminhos que ajudem a fortalecer o processo de construção de uma vontade coletiva capaz de disputar hegemonia no atual contexto, por isso trazemos uma reflexão sobre a vontade coletiva em Antonio Gramsci.

A Vontade Coletiva e o Estado

Desde o início da modernidade, a vontade geral, comum, esteve vinculada à busca da “unidade entre os homens” em prol da superação, disputa e/ou construção do EstadoNação. Para Hegel, o Estado era onde se realizaria a união da vontade universal e a vontade subjetiva, pois ele, concebia o Estado “como unidade cultural, como a totalidade de todas as ideias e instituições artísticas, econômicas, políticas e morais do povo” (HEGEL, 2004, p14), e a vontade geral seria resultado do movimento do Espírito. Dentro desse idealismo a religião teria um papel fundamental no Estado. Hegel estava preocupado com a “evolução” do Espírito humano, e buscou conciliar o singular e o universal considerando que a liberdade maior do Espírito só poderia se realizar no Estado. Marx e Engels, vão se contrapor ao idealismo de Hegel, e mergulhar em uma profunda análise do sistema econômico e da história, distinguindo as várias formas de opressão social durante os séculos, situando a burguesia moderna como a nova classe opressora. Em contraposição a Hegel, Marx não vê o Estado como superior aos indivíduos, mas sendo constituído por eles. Ainda segundo Marx, o Estado burguês com sua estrutura de dominação deve ser extinto pela classe

trabalhadora em prol de uma comunidade livre de classes sociais que não precise de uma estrutura de poder que legitime a relação entre opressores e oprimidos. Marx e Engels comprometidos com a superação de um sistema econômico, social, político de exploração do trabalho humano, que subjuga a massa de trabalhadores, lançam seu famoso slogan no Manifesto comunista de 1848: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!", sendo um apelo à coesão das massas de trabalhadores, sem a qual não seria possível a transformação. Divisam na luta de classe a forma de conseguir um governo do proletariado, que sirva posteriormente para alcançar um governo sem classes sociais, representado pela ideia do comunismo.

Para Antonio Gramsci, que bebe das fontes de Marx e Hegel, a vontade coletiva não está ligada, apenas, a ações reativas de resistência das massas, (tais como a Primavera Árabe de 2010, o movimento 15 M na Espanha de 2011, as Jornadas de Junho no Brasil de 2013), mas está ligada, principalmente, a um processo ativo e inventivo, que, buscando criar um novo Estado, necessita de uma nova consciência, de um horizonte orgânico e de direção. A solução não pode se dar apenas com reações "espontâneas", crítica que Gramsci faz a Sorel, por acreditar que este autor abandona a solução - dos problemas históricos - "ao impulso vital" ou seja, à "espontaneidade" das massas. Tal pensamento reduz a luta por um novo Estado "a uma fase primitiva", que se limitaria a negar, sem apresentar a fase de construção e afirmação, e desta forma, promoveria uma ação do tipo restauração, mas que não teria o poder de disputar a fundação de novos Estados. "Será de tipo 'defensivo' e não criativo original". (GRAMSCI, 2011, p.15)

Surge aqui, um elemento fundamental para entendermos a vontade coletiva em Gramsci. Movemo-nos na esfera da construção de uma vontade coletiva que se configura no campo da "grande política". "A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais." (GRAMSCI, 2011, p.21), assim sendo, a vontade coletiva não está na esfera da "pequena política", que para Gramsci são as lutas e negociações de interesses corporativos, as lutas de corredor parlamentar que

excluem ou deslocam o foco da pauta maior, que é estratégica e estrutural (um Novo Estado). Isso não quer dizer que as lutas da “pequena política” não tenham importância, de fato elas são fundamentais, mas há que conectar organicamente cada uma delas, com a “grande política”, ou seja, com a reorganização radical do Estado, fugindo da cilada estabelecida pela hegemonia burguesa, que reduz tudo a “pequena política”, sabendo que, desta forma, dificulta enormemente a possibilidade de uma transformação estrutural.

Para Gramsci é essencial a “tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização” (GRAMSCI, 2001, p.23). Para o italiano, “o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (GRAMSCI, 2011, p.28), isto desde o Estado se faz, além de no campo da política educativa social, no campo do direito, porque o direito é quem vai fortalecer ou “extinguir” determinados costumes e atitudes.

Ao olhar para o campo do direito, cabe nos perguntar que tipo de “cidadania” se fortalece no atual Estado burguês brasileiro, à medida que temos presenciado a impunidade na “omissão criminosa”, e/ou arbitrariedade do Judiciário, que trata amenamente o crime das “elites” e criminaliza e persegue a participação social do povo.

A vontade coletiva e o “dever ser” (o horizonte possível)

A partir do entendimento de que a vontade coletiva se configura em função de um novo projeto de Estado, este projeto não pode se constituir sem esse horizonte mobilizador, sem uma projeção de futuro que congregue as massas e que as leve além do que está dado, se contrapondo a qualquer “pensamento único” que aborta a possibilidade de alternativas. Nesse sentido, Gramsci vai falar do “excesso de realismo político”, ou seja, a não perspectiva do “dever ser” explicado por ele, a partir do Príncipe de Maquiavel, onde encontra realismo político e a “busca do novo”, do que ainda não é, mas “deve ser”. “Devemos ser

realistas, mas isso não significa renunciar a ser revolucionário, que é o que mesmo que aconteceu com Maquiavel, segundo Gramsci”².

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990, temos vivido no Brasil e em outras regiões do mundo o movimento avassalador da hegemonia neoliberal, que tem conseguido estabelecer no senso comum a crença linear e despolitizada desse chamado “pensamento único”, sintetizado pela declaração; que Margaret Thatcher popularizou na década de 1980: “não há alternativa fora do capitalismo”. Para o neoliberalismo, o passado (a História) não traz nada que possa nos ensinar, pois foi superado pelo desenvolvimento tecnológico. O futuro (“dever ser”) não há de ser uma preocupação, vivendo-se no presente, no aqui e agora. Instaura-se um pragmatismo imediatista que arranca a capacidade de “sonhar”, aborta a capacidade do movimento dialético entre pensamento e ação. Entretanto, essa trajetória capitalista não acontece sem oposição, visto a afirmação feita na Carta de Princípios do Movimentos de Movimentos³ no 1º Fórum Social Mundial, com o slogan “outro mundo é possível”, que em 2001 alavancou uma contraposição mundial ao pensamento único, não apenas teórica, também mostrando outras formas de fazer, de pensar, de participar, de viver, abrindo espaços que conectaram, congregaram, mobilizaram inúmeras propostas “vivas” da sociedade civil. O Fórum Social Mundial⁴ se transformou em um processo permanente de reflexão e busca de alternativas da sociedade civil, declarando-se plural, diverso, não confessional, não governamental e não partidário, fortalecendo a capacidade da resistência social, não violenta, frente ao processo de desumanização e violência usada pelos Estados.

Agora bem, outro aspecto fundamental no pensamento de Gramsci, é o papel do Partido. A partir da análise inovadora que faz do Príncipe de Maquiavel,

² Extraído da palestra “Maquiavel de Gramsci” realizada pelo Professor Guido Liguori, da Universidade de Calabria (Italia) na Universidade Federal Fluminense em 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZtkT8cfziMo>>

³ O termo Movimento de movimentos é utilizado pelo filósofo Francisco Fernandez Buey na análise que faz sobre os novos movimentos sociais que surgem na década de 1990 e a constituição do Fórum Social Mundial. Ver: *Guia para una globalización alternativa* Barcelona Byblos, 2005; *Los Movimientos Sociales alternativos*. Site Gramsci e o Brasil. Ano 2002 Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=101>>

⁴<https://alterglobalizacion.wordpress.com/foro-social-mundial-wsf/>

onde encontra um ímpeto, racional e apaixonado, com poder articulador, enxerga o novo Príncipe da modernidade como um organismo e não mais um indivíduo (líder), diante da sociedade cada vez mais complexa. O Partido “já dado pelo desenvolvimento histórico” e “no qual já tinha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2011, p16) deveria ter esse papel “unificador” das lutas subalternas. E o homem político não deveria ser apenas um gestor/ administrador. Trata-se de “um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva.” Ou seja, o “dever ser” não é uma abstração, “é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política”. (GRAMSCI, 2011, p.35)

A construção da vontade coletiva, desde esta perspectiva, pode emergir a partir de um “vir a ser” apreendido e incorporado em processos político-pedagógicos, para o qual “os subalternos precisam se organizar e construir uma hegemonia, não apenas cultural e política, mas também econômica e institucional, imprimindo uma configuração ao Estado que não seja autoritária e elitista” (SEMERARO, 2011, p. 475). Semeraro analisa, à luz do pensamento gramsciano a história do Estado moderno “esculpido pela burguesia capitalista”, transformado em uma máquina (sem “substancia metafísica, sem “alma”), “em aparelho de rapina” onde se digladiam os interesses de classes numa curva ascendente de privatizações, e afirma que esse outro Estado deve ser

Entendido como o organismo que tem a função de articular as partes, de garantir a justiça e a segurança, de universalizar direitos, de representar e executar um projeto socializador de país, oferecendo as condições básicas para que todos os cidadãos possam realizar plenamente as suas necessidades só pode se concretizar com uma vontade coletiva “plenamente consciente de si. [...] Superar a exploração, a divisão de classes, e a alienação do poder como dominação, os trabalhadores e os colonizados precisam se organizar politicamente e recriar completamente a natureza do Estado (SEMERARO, 2011, p. 470- 471)

Tomando como exemplo do que foi acima considerado, o “dever ser” das lutas sociais acontecidas nas últimas décadas no Brasil, se constituiu como possível e necessário, um Estado democrático popular, transparente, justo,

participativo, pluriétnico⁴, com limites, para a exploração/destruição, por exemplo, de territórios indígenas, quilombolas, unidades de conservação, entre outros, que ainda contam com fartos recursos naturais.

No “bom senso” dos brasileiros parecem existir pegadas suficientemente profundas, que alimentam esse horizonte e criam resistências e rejeições (na sociedade civil e política) frente ao atual “estado do Estado”. Existe por todo lado reações, contraposições e lutas que reclamam por outro modelo. Muitos grupos da sociedade civil, principalmente, trabalham nessa perspectiva, que poderá ser reprimida, porém, não facilmente destruída. Agora bem, a sociedade civil organizada pode transformar radicalmente o Estado sem o Partido, pode se unificar sem o “moderno príncipe”?

A Vontade coletiva, o intelectual orgânico e a Filosofia da práxis.

A todo o momento Gramsci se refere à necessidade de uma reforma intelectual e moral, ou seja, à necessidade de alavancar nas massas uma consciência reflexiva, crítica, criativa. Ele acredita que é necessário trabalhar sobre o senso comum, que é o cimento social histórico e complexo, caótico e incoerente, devendo resgatar o bom senso que também está nele. Mas é necessária persistência para esse resgate e para introduzir novas ideias, que sejam fruto das novas necessidades sociais concretas. Gramsci entende que essa é uma das principais funções dos intelectuais orgânicos. E se para ele o Partido é o novo Príncipe, não há dúvida enquanto ao papel a ser exercido como intelectual orgânico.

Um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa; importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. (GRAMSCI, 2011, p.25)

⁴ “A Constituição de 1988 representa uma clivagem em relação ao sistema constitucional pretérito, uma vez que reconhece o Estado brasileiro como pluriétnico, e não mais pautado em pretendidas homogeneidades, garantidas ora por uma perspectiva de assimilação, mediante a qual sub-repticiamente se intalam entre os diferentes grupos étnicos novos gostos e hábitos, corrompendo-os e levando-os a renegarem a si próprios ao eliminar o específico de sua identidade, ora submetendo-os forçadamente à invisibilidade”. Artigo de Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira “O Estado Pluriétnico”. Disponível em:< http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/estado_plurietnico.pdf>

Da mesma forma Gramsci deixa claro, embasado na Filosofia da Práxis, que todos são intelectuais, pois todos exercem uma atividade intelectual, apesar de que existam diversos graus, pois não se pode separar “o homo faber do homo sapiens (GRAMSCI, 2010, p. 52-53). Mas “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (GRAMSCI, 2010, p.53). Há ainda que considerar que a Filosofia da Práxis entende a práxis como uma atividade que serve para interpretar a realidade, mas também para transformá-la. O que está no seu âmago é a inseparabilidade de teoria e prática, indivíduo e coletivo, entre o fazer e o pensar.

Marx sustenta a inseparabilidade dialética das duas [matéria e ideia], a relação recíproca e indissociável de matéria e “espírito”, objeto e sujeito, mundo e consciência, ação e pensamento. E no final dessa 1ª Tese, especifica que a “práxis”, junção da “atividade `prática-crítica´ no homem ativo é revolucionária. (SEMERARO, 2014, p. 132).

A Filosofia da práxis está destinada às massas, porque visa a construção de uma nova civilização, o que se contrapõe as correntes de pensamento “privadas” e individualistas que apenas buscam dar suporte ao indivíduo separado do social. Exemplos correntes em nossa sociedade são as muitas narrativas que hoje invadem o mercado da autoajuda visando “ensinar a viver”, se dirigem ao indivíduo isolado atrelado à competição de mercado. A separação do indivíduo e coletivo se opõe ao pensamento de Gramsci. Para ele há que chegar à consciência de si, que está vinculada ao coletivo, e que alicerça a vontade coletiva, que não é um somatório de vontades individuais, mas que se constrói desde o coletivo pelo coletivo; o que nos leva à necessidade de espaços políticos e pedagógicos possíveis de exercitar a consciência reflexiva de classe, humana, e a vontade coletiva que é revolucionária e transforma.

Na visão capitalista a práxis se reduz à coisa prática, produtiva, utilitária. A política termina reduzida a não política. Na visão marxista gramsciana há que superar a consciência ingênua em direção a uma consciência reflexiva que é política, pois, aquela reduz a coisa prática à lógica produtiva, o que gera

despolitização, assim, como a atividade teórica que se afasta das necessidades práticas cai no idealismo. Frente ao homem comum, que segundo Vázquez

vê-se a si mesmo como o ser prático que não precisa de teorias; os problemas encontram sua solução na própria prática, ou nessa forma de reviver uma prática passada que é a experiência. Pensamento e ação, teoria e prática se separam. (VAZQUEZ, 2007, p. 35)

Apoiados nos pensamentos de Marx e Gramsci, somos levados a concluir que a consciência reflexiva será “uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social” (VAZQUEZ, 2007, p.36). A Filosofia da Práxis vê o trabalho como uma forma de práxis humana que vai além de uma atividade produtiva ou econômica. Segundo Vázquez “a relação entre o pensamento e a ação requer a mediação dos fins que o homem propõe” (VAZQUEZ, 2007, p.224), e se os fins não são apenas meros sonhos acompanhados de uma vontade de realização, se faz necessário conhecer os caminhos e/ou instrumentos para que possa se desenvolver. Ou seja, a atividade da consciência supõe unidade entre a elaboração de fins e a produção de conhecimento, pois “o homem age conhecendo e se conhece agindo”, o que se desenvolve na esfera coletiva.

Pelo que foi até aqui considerado, entendemos que se torna fundamental impulsionar desde a “intelectualidade orgânica” de partidos e movimentos populares, um nível de organização que nos unifique na direção de um Estado radicalmente democrático.

Uma luta que enfrenta a desagregação histórica dos grupos subalternos, porque “dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas ‘defensivas’ estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas” (GRAMSCI, 2010, p.128) que as da classe dominante. Gramsci aponta como exemplo desta afirmação os sucessivos fracassos acontecidos na Itália para criar uma “vontade coletiva nacional-popular”, uma situação interna que denominou “econômico corporativa” (GRAMSCI, 2011, p. 41) por carregar apenas um campo restrito de solidariedade, que estava reduzido aos grupos profissionais, fechados cada qual em si mesmos. Entendemos que carecemos hoje de uma “direção orgânica”,

ajustada ao novo momento histórico, que permita ampliar a consciência entre grupos, que unifique os fins econômicos e políticos, que promova a unidade intelectual e moral, como defende Gramsci, agregando, organizando e fortalecendo todas as forças possíveis da sociedade civil, mas também da sociedade política em prol de “outro Estado possível”.

Considerações finais.

Estamos mergulhados numa fase de radicalização neoliberal que se move em direção à permanente transformação de tudo em mercadoria: o indivíduo, a natureza, a religião, a participação, a liberdade, o amor, o sexo, a saúde, a educação. Para apoiar a reflexão, tomemos como modelo o Movimento 15M da Espanha, que em 2011 lançava um manifesto: “No somos mercancías en manos de políticos y banqueros”⁵. O Movimento gerou meses de manifestações e ocupações de espaços públicos, dando lugar em 2013 à criação de um novo partido político (PODEMOS) que, convertido hoje na terceira força política do país, busca a forma de instituir outra forma de ser partido e de fazer política, incluindo no seu programa propostas como a aplicação plena do artigo 128 da Constituição espanhola (“Toda la riqueza del país en sus distintas formas y sea cual fuere su titularidad está subordinada al interés general”).

Não parece ser mais suficiente que os partidos políticos populares arranhem direitos do castelo neoliberal, sem coragem para atacar o castelo. Isto tem gerado uma crise de representatividade nos partidos que entraram na lógica mercadológica e ficaram reféns de estatísticas de votos, fazendo que o mais importante fosse o número e os mecanismos para maximizar seus votos. Monedero⁶ explica que a forma de maximizar votos é incomodando pouco e a poucos. Isto se consegue desde um suposto “centro”, que no caso espanhol a

⁵ <http://periodismohumano.com/sociedad/libertad-y-justicia/no-somos-mercancia-en-manos-de-politicos-y-banqueros.html>

⁶ Juan Carlos Monedero Fernández-Gala é um cientista político, e escritor espanhol, professor de Ciência Política na Universidade Complutense de Madrid, participa do recente partido espanhol PODEMOS que balançou o bipartidismo das últimas décadas no Estado espanhol. Palestra: Reinventar a política, reinventar la lucha por la igualdad. Disponível em: <<https://youtu.be/0pkwSLONO9c>>

que ele se refere, só vem conseguindo “tirar a cafeína” dos partidos populares levando-os a renunciar a sua ideologia.

Hoje enfrentamos uma série de situações capazes de provocar uma desconexão com a realidade, de paralisar pelo medo do fracasso ou pelas incertezas e que tendem a nos isolar da práxis, concreta, real, viva que se dá coletivamente. Entre elas, estão a exacerbação de uma lógica eminentemente competitiva, a crescente precarização do trabalho, as guerras, a mudança climática, a crescente destruição dos recursos naturais, e o progressivo isolamento gerado pela tecnologia da comunicação. Estamos expostos a um medo paralisante e há que batalhar a esperança, pois essa dinâmica nos leva a uma consciência ingênua, fechada em si mesma, irreal, ou como Marcuse⁷ apontava; uma consciência infeliz que incorpora sem oposição o capitalismo tecnológico.

Vimos que a categoria de vontade coletiva em Gramsci está diretamente ligada a um projeto de futuro que visa outro Estado nacional, democrático, popular e que, portanto, está na esfera do que ele denomina como “grande política”. Entendendo que o ser humano não é apenas um conjunto de relações culturais, mas também, o “conjunto das relações sociais” e do sistema econômico que estrutura a sociedade. A vontade coletiva se desenvolve como processo, no coletivo. Desta forma, é necessário resgatar a unidade entre teoria e prática recuperando os espaços permanentes de reflexão crítica da prática, passando da consciência ingênua, à consciência crítica e reflexiva. A vontade coletiva não se reduz apenas a manifestações de massa, tratando-se de um processo que precisa estar organicamente organizado, possuir direção, sentido, disputar uma nova correlação de forças. Tal processo confere aos intelectuais orgânicos um papel fundamental, de igual maneira como é fundamental constituir-se como “organismo que articule e dê direção”. Talvez, frente à crescente complexidade seja necessária, não mais um Partido, e sim uma Frente de partidos e movimentos da sociedade civil, unidos numa mesma pauta no

⁷ Herbert Marcuse fez parte da Escola de Frankfurt, Ver o livro: *O Homem Unidimensional, A ideologia da Sociedade Industrial, 1964*

campo da “grande política”. Lembremos aqui a proposta da reforma política que não saiu de pequenas e curtas intenções, que foi sendo travestida de reforma eleitoral, e que está na pauta de vários movimentos sociais que buscam uma Reforma Política (com letra maiúscula) embasada em diversos princípios democráticos como a igualdade, a diversidade, a justiça, a liberdade, a participação, a transparência e o controle social, assim como por diversos eixos que fortaleçam a democracia e democratizem campos como a comunicação e o judiciário.⁸

Se a consciência e a vontade se realizam juntas na atividade coletiva, num organismo coletivo unitário, requeremos com urgência, de experientes “tecelões”.

Referências

ARECO, Sabrina. **Vontade e vontade coletiva no pensamento de Antonio Gramsci: breves considerações**. GEPAL, V Simposio Internacional Lutas Sociais na America Latina. 2013. http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_sabrina_GX.pdf GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**.

COUTINHO, Carlos Nelson (ORG) Vol.2 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Cadernos do cárcere**. COUTINHO, Carlos Nelson (ORG)

Vol.3 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Odio a los indiferentes**. Barcelona, Editora Ariel, 2011.

HEGEL, G.W.F **A Razão na História. Uma Introdução Geral á Filosofia da História**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

SEMERARO, Giovanni. **A “utopia” do Estado Ético em Gramsci e nos movimentos populares**. Revista Educação Publica. v 20, n 44. p. 465-480. Cuiabá 2011

_____, Giovanni. **Filosofia da Práxis e as praticas político-pedagógicas populares**. Revista Educação e Filosofia. v.28p. n.55, p.131-148. Uberlândia, jul/dez. 2014.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo, Clacso e Expressão Popular, 2007.

⁸ Ver: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/padrao-brasil/a-reforma-politica-e-a-nova-politicaproposta-pelas-ruas-2047.html> e <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/reforma-dosistema-politico-devolver-o-poder-ao-povo>